

Licenciamento ambiental é obrigatório

O complexo processo que já provocou atrasos nos cronogramas de inúmeros projetos do setor de óleo e gás está sendo feito hoje em blocos

Todas as medidas que as empresas estão tomando para tornar suas operações mais seguras são muito importantes. Mas esse processo começa antes mesmo de uma unidade entrar em operação: seja uma planta de refino, um gasoduto ou uma plataforma.

Todo novo projeto ou a reestruturação de uma planta deve passar por uma série de procedimentos, que incluem, entre outros, o licenciamento ambiental, concedido pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O órgão exige que antes de iniciar qualquer tipo de atividade petrolífera se faça um estudo de impacto ambiental e um relatório do mesmo (EIA/Rima) para que os riscos sejam minimizados e a legislação ambiental atendida.

Quando o Ibama realiza a vistoria para o licenciamento, verifica o monitoramento ambiental, o plano de emergência, se a cadeia de comunicação da empresa está estruturada, ou seja, se todos os requisitos mínimos estão sendo realizados. Para dar mais agilidade e produtividade à equipe, o Ibama mudou sua forma de licenciamen-

to, fazendo-o em vários blocos ao mesmo tempo para poder atender a demanda crescente do mercado.

Para o coordenador geral de Petróleo e Gás do Ibama, **Edmilson Maturana**, o acompanhamento das medidas ambientais é fundamental para o sucesso do trabalho. "A eficácia das medidas ainda depende muito do acompanhamento, principalmente na fase inicial do empreendimento. O monitoramento é uma parte muito importante do nosso trabalho.", afirma.



Consultoria especializada

Empresas de consultoria ambiental elaboram o EIA/Rima e os dados são repassados ao Ibama. Eles identificam os impactos e as medidas que devem ser adotadas, tanto de forma preventiva quanto de controle.

Uma dessas empresas é a HabTec, com 20 anos de mercado e pioneira no setor de engenharia ambiental no Brasil, com clientes como Petrobras, Repsol e OGX, tendo também atendido empresas como Shell, BG e Maersk. A companhia elabora es-

tudos, projetos, análises, relatórios e executa ações de controle e monitoramento ambiental.

De acordo com **Viviane Severiano**, gerente de Processos da HabTec, no passado a empresa era bastante procurada por companhias que tinham um programa de gestão ambiental, mas que necessitavam de alguma correção devido a não-conformidades com o Ibama. "Mas algo assim acontecer é muito raro, pois hoje, o licenciamento de petróleo é muito restrito, então, é difícil encontrar empresas com alguma ocorrência grave", disse Viviane.



Parte fundamental nesse processo é o treinamento dos profissionais. Eles devem conhecer os riscos das atividades que exercem tanto para eles próprios quanto para o meio ambiente. Por isso, a HabTec faz um trabalho de acompanhamento. "Temos profissionais que ficam nas plataformas e embarcações, trabalhando como consultores, para avaliar se a capacitação atingiu a todos e se o conteúdo foi compreendido, assim como se os

procedimentos estão sendo seguidos”, afirmou **Pedro Botafogo**, coordenador técnico da HabTec.



Educação ambiental

O Ibama exige que as companhias realizem um Programa de Educação Ambiental (PEA) para capacitar os funcionários envolvidos em quaisquer atividades, tanto os que estão na base de apoio marítimo, quanto os que estão embarcados. Nesse programa são dadas informações sobre os impactos ambientais que a atividade de petróleo oferece, as características ambientais da região e como eles podem contribuir com a gestão ambiental.

Além do licenciamento ambiental, as certificações são uma garantia a mais de que aquela empresa está comprometida com as normas de SMS. “Como as normas utilizadas para certificação são padronizadas internacionalmente, a maioria dos clientes aceita o certificado como



Simulação de controle de derramamento, CDA região sul.

um comprometimento do fornecedor com a qualidade, segurança e meio ambiente”, afirma **Luiz Pinho**, diretor do Bureau Veritas. Ele afirma que as empresas de petróleo sabem a importância da certificação, tanto que os requisitos de segurança e meio



ambiente são cada vez mais rigorosos para seus fornecedores. A Petrobras, por exemplo, está com 90% de suas unidades certificadas.

Observando o panorama atual, fica claro que nos últimos anos houve uma mudança no pensamento dos líderes das grandes empresas, que tiraram o SMS de um patamar secundário para torná-lo prioritário para a sobrevivência da indústria. Ao aprender com os erros do passado, as empresas hoje têm a cultura da prevenção enraizada, mostrando que o setor de petróleo – caso os recursos continuem a ser investidos ano a ano – ainda terá longos anos de vida.

2000: ano de desastres ambientais

NOS ÚLTIMOS DEZ anos, três grandes acidentes envolvendo a Petrobras levaram a estatal a implementar o mais ambicioso programa de SMS do planeta. Em 18 de janeiro de 2000, o rompimento de um duto que interligava a Refinaria Duque de Caxias ao terminal da Ilha d'Água provocou o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara – o que foi considerado um dos maiores desastres ambientais da história do país até então.

A mancha se espalhou por 40 km², afetando toda a fauna local e prejudicando os pescadores da região que ficaram sem ter como se sustentar. Após o acidente, a Petrobras teve que pagar uma indenização de

R\$ 1,23 bilhão, que é, até hoje, o maior valor pago em uma ação por dano ambiental e impacto social no Brasil.

Em 16 de julho do mesmo ano, quatro milhões de litros de óleo foram despejados nos rios Barigui e Iguçu, no Paraná, devido uma ruptura da junta de expansão de uma tubulação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), também da Petrobras. O acidente levou duas horas para ser detectado, tornando-se o maior desastre ambiental provocado pela companhia em 25 anos.

A implementação do Pégaso não impediu acidentes, desta vez em duas plataformas offshore. No dia 13 de março de 2001, três explosões

consecutivas provocaram a morte de 11 pessoas e o afundamento de uma das mais estratégicas plataformas da Petrobras na busca da autossuficiência: a P-36, no campo de Roncador, na Bacia de Campos. Foi a primeira vez que a Petrobras perdeu uma unidade de produção offshore em mais de duas décadas de operações na costa brasileira.

Um ano e sete meses depois, novo susto: petroleiros se lançam ao mar apavorados quando a plataforma da P-34, um FPSO adaptado para produzir, armazenar e escoar o óleo para outros navios, adernou quase 40º no campo de Barracuda, na Bacia de Campos, a 80 km da costa do Rio de Janeiro. A plataforma foi estabilizada depois de alguns dias, sem perdas de vidas.